

# A solução do ensino superior começa pela educação básica

» MOZART NEVES RAMOS

Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da USP de Ribeirão Preto e professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Para analisar esse tema do ensino superior, gostaria de trazer duas premissas: a primeira, é que o mundo está cada vez mais disruptivo — as mudanças são exponenciais, e não mais lineares. Se não estão convencidos, recomendo o artigo de opinião do cientista brasileiro Carlos Nobre, intitulado *Crise climática: mundo pode não ter mais volta e isso me apavora*, publicado na *Folha de S. Paulo* deste ano. A segunda é que este cenário vai exigir das pessoas novas competências e habilidades para viver e se relacionar, seja no campo pessoal ou profissional. Isso implica que o conteúdo por si só não fará mais a diferença, o importante, agora é entender que a formação será ao longo da vida, as pessoas precisarão cada vez mais estar preparadas para aprender a aprender.

Talvez por não enxergar com a lupa apropriada é que grande parte das universidades continua vendo no conteduidismo um caminho sem volta, o caminho das “caixinhas” das disciplinas de pré e correquisitos, onde cada uma delas tem nome e sobrenome. As públicas têm o governo, que assegura, no fim de cada mês, o salário de seus professores e técnicos, mas que veem, a cada ano, os recursos das despesas discricionárias sumirem de seus orçamentos, sem condições adequadas para manter suas estruturas prediais. Além disso, ainda que assegurados, os salários, há muito tempo, não crescem na velocidade do aumento de outras despesas essenciais.

As universidades particulares vivem uma crise de matrículas, sem financiamento estudantil pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Essa crise se agravou ainda mais com o advento da pandemia. Muitas correram para tentar se salvar, para o ensino à distância (EaD) — barateando custos e, muitas vezes, oferecendo cursos de baixa qualidade. Mas não sou daqueles que acham que, por ser EaD, o curso é de baixa qualidade; tem algumas instituições que oferecem tal serviço com boa qualidade — professores preparados e currículos adequados a essa modalidade, com tutores bem pagos e com tecnologia de alta qualidade. Óbvio que tais cursos sofrem por conta daqueles de R\$ 99.

Além disso, os dados do censo do ensino superior, recentemente divulgados pelo Ministério da Educação, reforçam a tese de um cenário preocupante para este nível de ensino — no que se refere às elevadas taxas de desistência. Por exemplo, de cada 100 ingressantes, 59 desistem ao longo do percurso — seja na instituição pública, seja na particular — essa média não muda praticamente nada, tanto no presencial quanto no EaD. Imaginem se isso fosse em um hospital, onde, de cada 100 pacientes ingressantes, apenas 41 saíssem curados. Seria uma crise sem precedentes.

Não há mais tempo a perder. O desafio começa na melhoria da qualidade da educação



G O M E Z

básica em nosso país. As universidades precisam entender seu papel nesse processo, assim como estão começando a fazer as universidades paulistas, lideradas pela Universidade de São Paulo (USP). Os reitores dessas instituições criaram o Provão Paulista, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado, para motivar os jovens de escolas públicas a ingressar no ensino superior. A taxa de autoexclusão tornou-se uma grande preocupação. A maioria dos jovens que concluiu o ensino médio na rede pública estadual de São Paulo nem sequer tenta ingressar no ensino superior, uma que não se sente devidamente preparada. Para se ter uma ideia, de cada 100 jovens que concluíram essa última etapa da educação básica na rede pública paulista, apenas cinco aprenderam o que seria esperado em matemática; na Bahia, apenas um.

Mas os reitores das universidades estaduais de São Paulo sabem que ampliar as chances de ingresso dos alunos da rede pública de ensino é apenas ponto de partida, não é de chegada; é preciso assegurar que esses alunos não cheguem com tantos deficits de aprendizagem no ensino superior, que, em parte, respondem, por sua vez, pelas altas taxas de desistência.

Por isso, a USP por meio de sua pró-reitoria de graduação e de suas cátedras da educação básica, sediadas no Instituto de Estudos Avançados. Entre elas, a Sérgio Henrique Ferreira começa a colocar em prática uma avaliação mais depurada dos resultados do Provão Paulista, na perspectiva de identificar onde estão os deficits de aprendizagens que os estudantes trazem da educação básica. Isso vai ser uma bússola importante para a própria formação dos professores.

A importância dessa iniciativa pode ser ressaltada pelo elevado percentual de jovens que estão ingressando no ensino superior sem a formação adequada. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram, por exemplo, que quase 40% dos alunos que estudam Pedagogia no Brasil não alcançaram 450 pontos no Enem — isso significa que não obteriam o certificado de conclusão do ensino médio. Mas, apesar disso, estão no ensino superior.

Esse esforço do ensino superior para melhorar a qualidade da educação básica em nosso país pode ser uma grande oportunidade para fortalecer a sua função social. Mas é preciso entender que ele próprio precisa mudar.

## Transformando cidades: como a criatividade humana pode redesenhar o futuro

» LUCIANA BRAFMAN

Fundadora da produtora Time To Act, se dedica há anos à interseção entre arte e ativismo climático. Por duas vezes foi indicada para o Prêmio Emmy

As cidades têm em si a capacidade de prover algo para todos somente porque e quando são criadas por todos.” Essa é uma das célebres frases da artista e urbanista norte-americana Jane Jacobs que, em 1961, alertou o mundo que as cidades não poderiam continuar do jeito que eram, sob pena de falharem com suas populações.

Na época, Jane foi vista como uma pensadora ingênua. Hoje, sua análise se mostrou incrivelmente precisa. Entre 2000 e 2019, foram registrados 7.348 desastres ambientais ao redor do mundo. Esses desastres afetaram 4 bilhões de pessoas e custaram à economia global US\$ 2,97 trilhões, uma vez que a maior parte das cidades do mundo não estava preparada para enfrentar catástrofes ambientais de tamanha magnitude. E, segundo o relatório do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PB-MC), a situação só tende a piorar. A Terra aumentará 1,5°C em sua temperatura média até 2050, o que significa que as próximas décadas serão marcadas por desafios ambientais e sociais complexos.

É desse contexto de urgência que emergem as cidades resilientes, definidas pelo professor e ativista ambiental Peter Newman, como “centros urbanos capazes de resistir e se regenerar frente a desafios climáticos, crises econômicas e desastres naturais.”

A Dinamarca é um ótimo exemplo de país que começou essa transição. Em sua capital,

Copenhague, foi inaugurado o “Skt. Kjelds”, o primeiro bairro climático do mundo. Nele, substituiu-se o asfalto por ladrilhos permeáveis que permitem a infiltração de chuvas, reabastecimento de aquíferos e filtragem de contaminantes, além de aproveitarem a água captada para o cultivo de áreas verdes que hoje abundam na região.

Outro projeto arquitetônico resiliente e digno de menção é o “Kampung Admiralty”, em Singapura, no sudeste asiático. A chamada “residência ambiental” é um vilarejo vertical que promove a sustentabilidade social por meio da interação entre idosos e jovens. O projeto inclui moradias para idosos, centros de saúde e de educação e muitas áreas de lazer, tudo isso com um avançado sistema hidrológico que coleta e armazena águas pluviais, permitindo a reutilização da água para irrigação de uma impressionante floresta vertical.

Em Toronto, no Canadá, foi recentemente aprovada a legislação “Green Roof Bylaw” que exige telhados verdes em construções acima de 2.000 m<sup>2</sup>, visando melhorar a gestão de águas pluviais, reduzir de ilhas de calor e aprimorar a qualidade do ar.

No Brasil, embora mais tímidas, há boas iniciativas de cidades resilientes. Curitiba é uma delas. O seu plano diretor da capital paranaense previu a construção de parques que servem como bacias de contenção durante o período de chuvas, evitando que bairros ao seu redor

sofram com enchentes.

Recentemente, o Rio de Janeiro, alertado pela Organização das Nações Unidas (ONU) que o nível do mar da cidade subiria até 21 centímetros até 2050, criou o comitê de Estudos Científicos sobre a Elevação dos Mares, cujo objetivo é integrar esforços de órgãos municipais, como o Instituto Pereira Passos e a Fundação Rio-Águas, para o desenvolvimento de políticas públicas e contenção dos impactos das mudanças climáticas.

No Rio Grande do Sul, a tragédia anunciada das chuvas catalisou a criação do “fundo de emergência gaúcho” que visa assegurar ajuda em emergências futuras, além de otimizar o urbanismo do estado para evitar tragédias futuras.

Além disso, o tema de como ampliar o financiamento para adaptação e construção de cidades resilientes será amplamente discutido no próximo fórum do G20 que acontecerá no Rio de Janeiro no próximo final de semana (dias 15 e 16), bem como na COP30, em novembro 2025, em Belém do Pará, no Brasil.

Jane Jacobs concluiu sua obra ponderando que “projetar a cidade dos sonhos é fácil, mas reconstruir uma cidade que existe e vive exige muita imaginação”. Felizmente, a falta de imaginação nunca foi problema para os brasileiros, o que precisamos é, urgentemente, alinharmos nossas prioridades e começarmos a agir. Somente assim teremos cidades para todos!

### Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Na carteira de ativos digitais

Mesmo antes de vir ao mundo, no caso ao Brasil, a moeda digital brasileira, também denominada Real Digital ou simplesmente Drex, causa grande celeuma no mundo político. Nos últimos quatro anos, o Banco Central vem desenvolvendo internamente essa nova moeda, seguindo o exemplo de outros países, onde esse novo instrumento de pagamento parece ser a tendência atual.

A justificativa para a criação dessa moeda seria, de acordo com o BC, modernizar o sistema financeiro nacional, oferecendo maior segurança e inclusão, além de melhorar a eficiência das transações, reduzindo gastos operacionais e aumentando a transparência. O ponto de desafio que temos no piloto é justamente a privacidade: “Trazer para essa tecnologia descentralizada, os mesmos requisitos de privacidade, de sigilo bancário que hoje temos em qualquer meio de pagamento digital, Pix, TED, cartão de crédito e outros mais”, explica Aristides Cavalcante, chefe do Escritório de Inovação e Cibernética do Banco Central.

De acordo com o BC, apesar das aparências, a nova moeda não é uma criptomoeda, uma vez que, ao contrário do Bitcoin, ela possuirá uma autoridade reguladora central, sendo diretamente supervisionada pelo BC, em conformidade com o que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Aqui, fala-se também numa tal de inclusão financeira, o que obrigaria as pessoas a ter uma conta bancária para negociar com o Drex.

Ocorre que, diante dessa nova maravilha da tecnologia que está sendo gestada por muitas mãos, esse novo modelo de pagamento poderá servir como uma luva de instrumento de vigilância estatal, censura e controle social, como é feito em outros países, como a China. O fato é que muitos estão acreditando que, com a chegada do DREX, a tal inclusão financeira resultará na exclusão de todos aqueles com acesso limitado à tecnologias da internet e sem vinculação com bancos.

Políticos da oposição estão se movimentando para fazer frente a essa nova tecnologia, pelo menos até que todos os detalhes da novidade estejam clarificados. Há o temor de que o fim do papel-moeda acabe também com a liberdade econômica das pessoas. O controle do Banco Central ajuda na elaboração de testes de que o Drex trará consigo a imposição de restrições ao cidadão brasileiro, sempre que ele contrariar as disposições do governo central, transformando a vida do cidadão num arremedo do que se lê em obras que retratam o advento de um mundo distópico como é o caso de *1984*, de George Orwell.

A intenção de muitos políticos dentro do Congresso é que a implementação do Drex só aconteça após a aprovação de 60% dos votos de cada Casa. Para tanto, apresentaram uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para que o Drex e a extinção do papel-moeda só ocorra depois de amplos debates e aprovação majoritária dos congressistas. Por enquanto, é fake que o Drex venha a substituir o dinheiro vivo. O que os opositoristas almejam é que esse novo bitcoin oficial do Estado não sirva para controlar a vida de cada cidadão. Por mais que o governo tente explicar que o Drex não trará nenhuma espécie de ditadura financeira, o fato é que a dívida cresce. Aos olhos dos observadores o que se tem até o momento é a chamada incubação de um verdadeiro ovo da serpente.

### »A frase que foi pronunciada:

“Na parte do rastreio nós não estamos procurando inovar, o Drex tem outras características além do sistema de blockchain. Ele foi feito para o ambiente público, então o rastreamento não é o foco do Drex. A gente não está construindo essa plataforma porque é mais fácil rastrear transação. A gente está construindo essa plataforma porque é mais fácil de você compor serviços de diferentes provedores. Então, eu posso ter uma parte do contrato feita por uma fintech especializada num assunto junto com outra fintech especializada em outro assunto. Eu junto esses dois contratos para fazer um produto final para o consumidor. É esse tipo de flexibilidade que a tecnologia de hoje nos permite.”

Fábio Araújo, coordenador da iniciativa do Real Digital na Live BC

### »História de Brasília

Os prédios do Banco do Brasil, na Superquadra 114, em número de seis, tiveram a estrutura feita pela firma Graça Couto. O contrato era para entregar a estrutura de todos os prédios em 80 dias, e com 75 dias de trabalho a encomenda estava entregue. (Publicada em 21/4/1962)